

A mídia como espaço estratégico de difusão de informação sobre as fundações privadas na USP

The media as a strategic space for the diffusion of information on the private foundations in the São Paulo University

Renata Coelho Sartori*

* Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UNIMEP/Piracicaba/Brasil, Especialista em Arte, Comunicação e Educação pela FPA/São Paulo/Brasil, Mestre em Ecologia de Agroecossistemas do Programa de Pós-Graduação Interunidades USP/CENA/ESALQ/Piracicaba/Brasil e Membro do Núcleo de Comunicação Científica e Ambiental da INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação). Rua: Dr. Rafael Sampaio, 156, Centro, Botucatu/SP-CEP: 18600-230.
e-mail: renatacoelho@laser.com.br

Resumo

Este trabalho é uma reflexão sobre denúncias de ações cometidas pelas fundações privadas que atuam na Universidade de São Paulo (USP), veiculadas desde 2001 em artigos e editoriais do jornal "Folha de S.Paulo". O objetivo deste trabalho é propor uma discussão do papel da mídia impressa como um espaço estratégico de difusão de informação, pois observou-se uma tendência de privilegiar o discurso da comunidade acadêmica. A discussão sobre o papel das fundações privadas na USP pode se tornar uma reflexão para os profissionais da informação, uma vez que o assunto propicia uma pauta emergente de temas e questões de interesse, não somente da comunidade acadêmica como da sociedade civil.

Palavras-chave

Fundações. Público. Privado.

Abstract

This work is a reflection about the accusations of actions made by the private foundations acting in the University of São Paulo (USP), which has been published since 2001 in articles and editorials of the newspaper "Folha de S.Paulo". The objective of this work is to propose a discussion about press media as a strategic space of information diffusion, because It was observed a tendency of privileging the academic community's speech. The discussion on the paper of the private foundations at USP can become a reflection to the professionals of the information science, once the subject propitiates an emergent list of themes and subjects of interest, not only of the academic community but of the civil society.

Key-words

Foundations. Public. Private.

Jornalismo, independente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa. (ROSSI, 1985, p. 7)

Introdução

Em dezembro de 2001, a Revista n. 24 da ADUSP (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo) publicou 23 artigos e 4 entrevistas, encerrando o ano mostrando à comunidade acadêmica um retrato das ações cometidas pelas fundações privadas associadas à USP (Universidade de São Paulo) como destaques negativos.

Os conteúdos desses artigos, com duras críticas às ações das fundações causaram desconforto geral, principalmente aos dirigentes das fundações. Por exemplo, em uma das entrevistas, a diretora-geral de uma das fundações conveniadas com a USP declarou: “Nosso negócio é rodar paciente. Não é instituição de caridade nem previdência” (KAMEOKA; POMAR, 2001, p. 76).

O tema se tornou polêmico, passando a ser destaque do veículo da comunicação da universidade à grande imprensa, como o jornal “Folha de São Paulo” (FSP) que, desde 2001 até recentemente, tem veiculado uma série de artigos da reportagem, artigos assinados, entrevistas e editoriais.

As críticas mais contundentes que li a respeito das ações praticadas pelas fundações foram feitas por César Augusto Minto, presidente da ADUSP e professor da Faculdade de Educação, por João Zanetic, vice-presidente da ADUSP e professor do Instituto de Física e por Pedro Estevan da Rocha Pomar, editor da Revista ADUSP.

Minto; Zanetic; Pomar (2005, p. A3) afirmam, em artigo assinado na FSP, intitulado “Fundações, sem meias-verdades”, que “a principal dirigente da entidade supostamente ‘filantrópica’ assumiu, sem disfarce, o caráter mercantil da dinâmica instalada no Hospital das Clínicas (HC)” e ainda que foi a partir do conhecimento do conteúdo da entrevista da diretora-geral, publicada na Revista ADUSP em 2001, que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) enviou denúncia ao Ministério Público Federal.

Neste contexto, nota-se a responsabilidade do veículo de comunicação que, ao transmitir informações de fonte fidedigna, no caso, da diretora-geral, acabaram resultando em denúncia para o INSS.

Após dois dias da publicação do artigo de Minto, Zanetic e Pomar, mencionado acima, o atual diretor-geral da fundação envolvida na denúncia agiu rapidamente contestando as informações em um pequeno espaço na coluna “Painel do Leitor” da FSP:

A melhor resposta ao incoerente e desatualizado artigo ‘Fundações, sem meias-verdades’ [...] é informar aos autores e à sociedade de que o credenciamento da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) como entidade filantrópica foi reconhecido e aprovado pelo CNAS na reunião de 19/9/2005 e publicado no ‘Diário Oficial’ da União em 22/9/2005’ (CERRI, 2005, p.A3).

Entretanto, passados quatro dias, Minto retruca a carta de Cerri, publicando, também no “Painel do Leitor” da FSP, a seguinte mensagem:

Diferentemente do que acredita o senhor Giovanni Guido Cerri [...] o credenciamento da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) como ‘entidade filantrópica’ pelo CNAS está longe de encerrar a questão. O caso passa agora às mãos do Ministério Público Federal, que, certamente, apreciará a leitura da atas da FFM em que se trata do assunto, como a da reunião realizada em 15/6/2004, na qual se registra o seguinte comentário do coordenador jurídico da fundação: ‘O responsável pelo parecer da equipe técnica (do CNAS) já conhece bem a FFM, e deixou transparecer a impressão de que o parecer será favorável. (MINTO, 2005, A3)

Além da FFM, Minto, Zanetic e Pomar criticam em diversos artigos a FAFE (Fundação de Apoio à Faculdade de Educação), lembrando que Minto é docente da Faculdade de Educação, e a FUSP (Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo) entre outras.

Minto; Zanetic; Pomar (2005, p. A3) escamoteiam as fundações “autoproclamadas de ‘apoio’ à USP”, principalmente a FFM, acreditam que a finalidade das fundações vem “desnaturando a universidade ferindo seu caráter público da universidade, gratuito e de qualidade”. Para tanto, os autores destacam uma série de aspectos negativos relacionados às ações das fundações, entre eles: o não repasse à instituição de mais do que 5% do total arrecadado anualmente. Os beneficiários do total arrecadado são frequentemente os mesmos “que há anos detêm importantes postos de comando na

burocracia universitária” e o patrocínio de cursos pagos de pós-graduação.

Em relação aos cursos pagos, a FSP publicou, em 22/6/2005, um artigo intitulado: “USP é acusada de cobrar mensalidade”, na qual o Ministério Público Estadual acusa a instituição de cobrar mensalidade por cursos de pós-graduação e de especialização por meio de fundações privadas. O promotor de Justiça da Cidadania informou que a USP tem convênio com 31 fundações, que oferecem cursos nos quais são cobradas mensalidade e que entre 5% e 10% do valor arrecadado é repassado para a USP. O promotor também vê ilegalidade no fato de os cursos funcionarem nas dependências da USP, com utilização de docentes da universidade, alguns com contrato de dedicação exclusiva (TAKAHASHI, 2005, p. C6).

Em repercussão do artigo acima, o pró-reitor de pesquisa da USP concede entrevista à FSP no dia seguinte, ou seja, 23/6/2005, e afirma que o problema das fundações é a ausência de regulamentação, o mesmo não sabe quantas fundações estão em atividade (dados estes apresentados pelo promotor no artigo anterior), além do quanto é arrecadado. Ele afirma, porém, que “há convênios imprescindíveis e benéficos para a instituição” (TAKAHASHI, 2005, p. C6).

Analisando o editorial também publicado em 23/6/2005, “O papel das fundações”, a FSP se posiciona dos dois lados, enaltece a necessidade de um “controle severo sobre a atividade das fundações, de modo a não confundir o caráter público da universidade com um empreendimento privado” como “embora a existência desses órgãos evidencie distorções no sistema

universitário público, as fundações não são um mal em si e sua função deve ser discutida sem preconceitos”.

Sabe-se que o compromisso permanente da imprensa se dá através da busca da imparcialidade e da objetividade, o que não significa que os veículos não possam ou não devam se posicionar, o editorial apresentou uma visão pluralista, concluindo:

Insistir em satanizar as fundações, é ignorar a complexidade do problema e restringir ao âmbito corporativo uma questão que diz respeito aos interesses da sociedade (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005, p. A2).

Teorias conspiratórias à parte, o fato é que o funcionamento das fundações é polêmico na universidade. A situação fica crítica quando o jornal tenta acompanhar o assunto e esclarecer os seus leitores. Segundo consta no Manual de Redação da FSP (1984, p. 67), o jornal estimula “o saudável hábito da polêmica em suas páginas”, só não conceitua o que é considerado como “saudável”.

No caso da polêmica sobre as fundações, de um lado, estão os dirigentes das entidades privadas que funcionam dentro da USP, por meio de convênios firmados com as mesmas, estes afirmam que a USP necessita mais das fundações do que estas da universidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005, p. C6).

Do outro lado, a ADUSP, representantes de alunos e funcionários consideram desnecessária a presença dessas entidades privadas, vistas, por muitos, como uma privatização da universidade e de sua adequação aos ditames do mercado. Para estes, as fundações foram criadas dentro das unidades de ensino, para servirem como

uma maneira menos burocrática de ligá-las à iniciativa privada e a seus recursos para financiamento, e muitas das fundações perderam, na prática, o vínculo com as metas acadêmicas (VIVEIROS, 2001, p. C4).

No entanto, nos artigos publicados não consta nenhuma declaração dos representantes dos alunos e funcionários, bem como a opinião da sociedade que utiliza os serviços da universidade, principalmente das unidades da USP que são conveniadas com as fundações privadas, como exemplo: o Hospital das Clínicas.

Nesse contexto, é importante que o jornal seja pluralista, no sentido de abrir espaço para as diferentes posições visando esclarecer a opinião pública. Há, portanto, um cone de sombra sobre os interesses dos alunos, funcionários e da sociedade, que raramente ganham espaço na pauta do jornal.

Nesse ponto, Clóvis Rossi jornalista da FSP desde 1985, afirma:

Cultivar as fontes de informação é, portanto, exercício indispensável ao jornalista [...] nos últimos anos, governos e empresas privadas montaram sofisticados e complexos aparelhos de comunicação social, destinados a fornecer à imprensa as informações de seu interesse – e que podem não ser de interesse público – e para escamotear, quando não ocultar simplesmente, aquelas que não o são – e que podem ser, justamente, as de interesse social. (ROSSI, 1985, p. 52-53)

O fato dos artigos privilegiarem determinadas fontes acaba conferindo-lhes “status”, conforme afirma Lazarsfeld; Merton:

Os meios de comunicação atribuem “status” a questões públicas, pessoas, organizações e movimentos sociais [...] conferem prestígio e fortalecem a autoridade

de indivíduos e grupos pela legitimação de seu “status” [...] essa função atribuidora de “status” se insere no âmbito da ação social organizada pela legitimação de determinadas políticas, pessoas e grupos, que recebem o apoio desses meios” (LAZARFELD; MERTON, 1987, p. 236-237).

Podemos observar essa função “status” visivelmente nos artigos da FSP, nos quais a polêmica sobre as fundações privadas é debatida através das opiniões dos docentes da instituição, do reitor, pró-reitor e promotor de justiça.

Blumer (1987, p. 185) converge para essa situação quando afirma:

Em geral, o público compõe-se de grupos de interesse e de um conjunto de espectadores mais desvinculados e desinteressados. A questão que dá origem ao público resulta quase sempre do confronto entre grupos de interesse opostos. Estes grupos de interesse possuem de imediato uma posição particular acerca da questão em debate, e, de outro lado, procuram obter em favor de sua posição o apoio e a lealdade de grupos desinteressados situados à margem da disputa.

Levando-se em consideração a função de atribuição de “status”, é importante também analisar o papel do profissional da informação. Sabe-se que seu papel é cada vez mais decisivo no mundo moderno, sendo necessário organizar o fluxo ininterrupto de informações que circulam na sociedade contemporânea e apresentá-las de forma que possam contribuir para um melhor entendimento da realidade.

Como exemplo de fluxo ininterrupto de informações, e em se tratando daquelas relacionadas à polêmica sobre o papel das fundações, ressaltarei alguns pontos dos

artigos publicadas na FSP, em quatro momentos distintos de atuação do reitor da USP: como candidato a reitor em 2001, na sua posse em 2001, no aniversário da universidade em 2004, e na sua despedida do cargo, em 2005. Esse fluxo não é visível no quarto momento, ou seja, na entrevista do reitor concedida ao jornal FSP, em 2005.

Em um primeiro momento, como candidato, em 9/11/2001, a FSP perguntou a sua opinião a respeito das fundações, vistas como um processo de privatização da universidade; Ele respondeu que a discussão das fundações não diz respeito à sua existência, mas sim às regras da relação entre fundações e universidade. Na sua opinião, não há risco de privatização, desde que os termos dessa relação sejam bem definidos, “garantindo um alinhamento perfeito entre os objetivos da fundação e os objetivos acadêmicos da universidade” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p. C4).

Ressalto que a pergunta acima foi feita aos nove candidatos a reitor e a maioria foi a favor da implantação de mecanismos claros e transparentes sobre os movimentos financeiros das fundações, bem como dos programas e atividades que elas desenvolvem. Entretanto, apenas um candidato afirmou que as fundações são vistas como um processo de privatização da universidade e que elas se converteram num instrumento de ganho salarial para alguns poucos docentes, além de privatizarem serviços e cursos dentro da USP e dando pouco retorno (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p. C8).

Em um segundo momento, em 13/11/2001, a FSP publica um artigo,

disparando logo no início:

A regulamentação das fundações com sua subordinação aos objetivos acadêmicos das unidades a que estão ligadas é uma das prioridades do novo reitor da USP [...]. (VIVEIROS, 2001, p. C4).

Ainda no mesmo artigo, o novo reitor afirma:

Os recursos são bem-vindos [para investimentos na universidade], mas não podemos ter o descolamento acadêmico com a instituição de ensino. (VIVEIROS, 2001, p. C4).

Segundo Viveiros (2001, p. C4), na avaliação do novo reitor, as fundações deveriam funcionar como facilitadoras de captação de recursos para projetos acadêmicos propostos pelas unidades da USP, “burlando” os demorados trâmites do sistema público:

Não deviam, portanto, ter projetos ou cursos independentes nem partir para captar investimentos para si próprias, mas apenas administrar recursos para as unidades a que estão ligadas. Uma proposta de regulamentação das fundações está atualmente em discussão. Apesar de dizer que ela pode ser aperfeiçoada, Melfi afirma que pretende colocá-la para votação na sua gestão. “Se não votar, a USP é que será prejudicada”, sustenta. “Qualquer pessoa pode criar [uma fundação] e caracterizar uma ligação com a universidade. Precisamos definir bem essa ligação”. (VIVEIROS, 2001, p. C4)

Ainda em um segundo momento, durante a posse do novo reitor, a FSP publicou, em 23/11/2001, o artigo intitulado: “Novo reitor toma posse hoje na USP” informando:

[...] Entre as principais mudanças defendidas por ele estão a regulamentação das fundações ligadas à universidade e sua subordinação aos objetivos acadêmicos [...]. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p. C5).

É importante ressaltar que, nesse segundo momento, o novo reitor enfatizou que era favorável à atuação das fundações e que a regulamentação das mesmas seria uma das prioridades do seu mandato.

Em um terceiro momento, em 23/1/2004, sob o título “USP, 70 anos”, o reitor ressalta alguns aspectos da história da universidade, destaca o aumento do número de vagas dos cursos de graduação, o número representativo dos artigos científicos da produção científica nacional, entre outros, prevalecendo a imagem da excelência da instituição. Não foram mencionados aspectos financeiros e muito menos as questões polêmicas que envolvem as fundações.

O reitor, em seu artigo, “blinda” a USP, mostrando as virtudes da instituição; entretanto, Cardoso comenta que a imagem divulgada sobre a situação das universidades públicas nem sempre está associada as suas virtudes.

Falta de professores, compressão salarial, instalações precárias, verbas de custeio insuficientes, total dependência das agências de fomento para os orçamentos de pesquisa. São conhecidas as misérias (nem sempre as virtudes) das universidades brasileiras. (CARDOSO, 2004, p. A3)

Cardoso destaca que, durante o Fórum de Políticas Públicas (IEA- Instituto de Estudos Avançados/USP), ocorrido em 2004, foram feitas considerações sobre problemas antigos como: vestibulares, exclusão social e também a regulação das instituições privadas, cujos debates e inovações

estão em curso sob a liderança corajosa da associação dos reitores, a ANDIFES [...] se a mudança de rumos passa pelo interesse do governo, depende ainda mais da própria universidade” (CARDOSO, 2004, p. A3).

Em relação às considerações feitas acima, especificamente sobre a regulação das instituições privadas, a FSP destacou em um artigo que, em 2004, um grupo de trabalho voltado para a questão da regulação das fundações que atuam na USP não conseguiu apresentar os resultados dos estudos porque o reitor cancelou uma das reuniões finais, após protestos de alunos (TAKAHASHI, 2005, p. C6).

Em um quarto momento, em 10/10/2005, na entrevista intitulada: "Para reitor, USP precisa frear o seu ritmo de crescimento", o reitor faz um balanço dos 4 anos de sua gestão. É importante ressaltar que essa entrevista foi concedida ao profissional que escreveu todos os artigos sobre as polêmicas das fundações, em 2005. No entanto, não houve nenhum questionamento a respeito da situação das fundações, principalmente da sua regulamentação que foi anunciada na FSP, em 2001, conforme se mencionou, como prioridade no seu mandato. Logo, não foi recapitulada e muito menos publicada a situação em que se encontrava tal prioridade prometida em campanha, cometendo uma interrupção no fluxo da informação.

É notório e constante, o questionamento pela imprensa, das autoridades públicas no final do mandato sobre o cumprimento ou não das promessas feitas durante a campanha, o que não aconteceu na entrevista com o reitor da USP.

A partir da entrevista mencionada acima, o editorial da FSP sob o título "Desafios da USP", publicado no dia 12/10/2005, destacou os dois grandes desafios que esperam o próximo reitor: manter

o elevado padrão de ensino e de produção científica e controlar a expansão da universidade.

Da leitura do editorial, entretanto, para os leitores que estavam acompanhando a questão das fundações, ficou talvez a impressão de que o jornal, o qual apresentou várias vezes o assunto como pauta, foi omissivo, assim como ocorreu em relação às perguntas feitas ao reitor, não dando importância para a questão e omitindo uma visão crítica sobre a mesma.

Para Beraba (2005, p. A6), ombudsman da FSP, o jornal nem sempre consegue manter uma visão crítica, agindo contrariamente às normas do "Manual de Redação" e do Projeto Editorial da FSP, que declaram que a FSP é "comprometida com um jornalismo crítico, pluralista e apartidário, preservando as opiniões da empresa". Porém, ela nem sempre consegue esses objetivos.

A complexidade do problema, não foi explicada nas reportagens elaboradas pelos jornalistas, também não foram discutidos os interesses da sociedade. A FSP não apresenta uma análise complexa sobre a questão, a maioria dos artigos são artigos assinados pelos dirigentes das fundações e pelos representantes da ADUSP, salvo um ou outro artigo. Porém, nestes, os jornalistas também utilizaram, como fontes, pessoas ligadas à comunidade científica, especificamente docentes, além do promotor de justiça.

O assunto, no entanto, apesar de ser complexo, continua controverso, como registraram os artigos publicados recentemente. As reportagens ainda não sumiram e provavelmente reaparecerão no mandato

da nova reitora. Espera-se que ela esteja atenta a esse importante assunto, com o firme propósito de ampliar o espaço de discussão e de tomada de decisões, não apenas na esfera acadêmica, mas também na esfera pública.

Referências

- Ampla divulgação é necessária. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 nov. 2001. Cotidiano, p. C8.
- Ampliação de vagas é otimização de recursos. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 nov. 2001, Cotidiano, p. C4.
- BERABA, M. As armas da imprensa. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 out. 2005, Brasil, p. A6.
- BLUMER, H. A massa, o público e a opinião pública. In: COHN, G. (Org.). Comunicação e Indústria Cultural. 5. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987. p. 178-186.
- CARDOSO, S. Universidade pública democrática. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 fev. 2004, Opinião, p. A3.
- CERRI, G. G. USP. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 out. 2005, Opinião, p. A3.
- Desafios da USP. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 out. 2005, Editorial, p. A2.
- Fundações dizem que sobrevivem sem a USP. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 jun. 2005, Cotidiano, p. C6.
- KAMEOKA, M.; POMAR, P. E. R. Nosso negócio é rodar paciente. Não é instituição de caridade nem previdência. Revista ADUSP, São Paulo, n. 24, p. 76-78, dez. 2001.
- LAZARSELD, P. F.; MERTON, R. K. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: COHN, G. (Org.). Comunicação e Indústria Cultural. 5. ed., São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. p. 230-253.
- MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. Folha de São Paulo. São Paulo: 1984.
- MELFI, A. J. USP, 70 anos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23 jan. 2004, Opinião, p. A3.
- MINTO, C. A. Fundações. Folha de S. Paulo, São Paulo, 1 nov. 2005. Opinião, p. A3.
- MINTO, C. A.; ZANETIC, Z.; POMAR, P. E. R. Fundações “de apoio” à USP em xeque. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 ago. 2005. Opinião, p. A3.
- MINTO, C. A.; ZANETIC, Z.; POMAR, P. E. R. Fundações, sem meias-verdades. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 out. 2005. Opinião, p. A3.
- Novo reitor toma posse hoje na USP. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 nov. 2001. Cotidiano, p. C5.
- O papel das fundações. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 jun. 2005. Editorial, p. A2.
- ROSSI, C. O que é jornalismo. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TAKAHASHI, F. USP é acusada de cobrar mensalidade. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 jun. 2005. Cotidiano, p. C6.

TAKAHASHI, F. USP não controla fundações, diz pró-reitor. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 jun. 2005. Cotidiano, p. C6.

TAKAHASHI, F. Para reitor, USP precisa frear o seu ritmo de crescimento. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 out. 2005. Brasil, p. A4.

VIVEIROS, M. Indicação do atual vice-reitor foi feita ontem pelo governador Geraldo Alckmin com base em lista tríplice. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 nov. 2001. Cotidiano, p. C4.

Recebido em 5 de abril de 2009.

Aprovado para publicação em 10 de maio de 2009.

